

XV Encontro Nacional de Economia Política – São Luís/MA

O Quarto Mundo:

Uma reflexão sobre a formação do sujeito e do Estado latino-americanos.

André Bojikian Calixtre¹
Daniela Alfredo²

Área: 4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo

Subárea: 4.1. Estado e economia capitalista

Artigo submetido às Sessões Ordinárias

¹ Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Mestranda em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

* Agradecemos ao IPEA, ao CNPQ, à FECAMP e à FUNCAMP pelo apoio dado à pós-graduação brasileira.

Resumo:

Poder-se-ia interpretar a formação latino-americana, especialmente no caso brasileiro, do Estado de bem-estar como produto do surgimento de uma civilização particularíssima, ainda que fruto da expansão do Ocidente? A pergunta organiza as seções deste trabalho no que concerne à constituição de um sujeito e de um Estado específicos nos trópicos, e como estes construíram igualmente, no século XX, um capitalismo de bem-estar particular, por vezes, paradoxal. Tendo como base a tipologia de Esping-Andersen, sobre os Três Mundos do capitalismo de bem-estar (Liberal, Conservador-corporativista e Socialdemocrata), propõe-se que estas categorias encontram-se misturadas, “fermentadas” e transformadas num mundo “oculto”, latino-americano, do pensamento ocidental que, porém, defini-las, é essencial à compreensão dos temas latino-americanos e mesmo aos próprios temas clássicos da teoria política e econômica.

Palavras-chave: Estado de bem-estar latino-americano; Quarto Mundo; *Homo Cordialis*.

Abstract

Could one interpret Latin American Welfare State formation as produced by a distinct civilization, though it was born through occidental expansion, especially in Brazil's case? This question organizes the following paper about the constitution of both distincts State and Subject in Latin America and how these distinctions have made, in the 20th century, a particular welfare capitalism, sometimes even a paradoxically one. Starting with Esping-Andersen's typology on the Three Worlds of Welfare Capitalism (Liberal, Conservative and Social-democratic), it is intended to study how those categories are mixed in a hidden world of occidental thought. For this mixed categories that has transformed in new ones are essentially important to understand Latin-American formation and even the classical themes of politics and economic theories.

Keywords: Latin American Welfare State; the Fourth World; *Homo Cordialis*.

Introdução

O difícil e urgente debate sobre os caminhos abertos ao mundo ocidental para seus distintos *Welfare States* (WS), construídos ao longo de uma especificidade histórica única e irreversível, inicia-se sobre os edifícios históricos produzidos por estas sociedades de bem-estar. A experiência das duas Grandes Guerras, devastadoras da Europa, entrecortadas pela depressão econômica sem precedentes no capitalismo, inviabilizou temporariamente a difusão do mundo liberal às economias industrializadas. Construído sob uma teoria da escassez, alocada em sociedades de mercado e de interesses individuais, o pensamento liberal do século XIX apresentou seu tipo ideal ao mundo capitalista recém-consolidado: o *homo oeconomicus*, como agente maximizador da utilidade marginal, quando atuante em sistemas de mercados, é capaz de produzir o máximo de bem-estar possível. Caber-se-iam ao Estado, no mundo liberal, as mesmas determinações clássicas, definidas desde o século XVII com a Paz de Vestfália (1648), na defesa da soberania e, conseqüentemente, das instituições nacionais, em especial os contratos. O século XX mostrou-se como a catástrofe do mundo liberal, sob hegemonia britânica, e no estabelecimento de uma ordem bipolar, capitalista e socialista, com o sistema de Yalta (1945). Implementaram-se, no lado capitalista, instituições provedoras de coletivização e desmercantilização sociais, sem descaracterizar as economias capitalistas em seu fundamental, porém mantendo-as sob o controle dos Estados nacionais promotores de pleno-emprego. O sistema de Bretton Woods (1944), os WS e o padrão tecnológico fordista permitiram, na visão de Esping-Andersen (1999), uma sociedade de massas concentradamente industrial, masculinizada e de pleno-emprego, financiando, por meio desta sociedade, as instituições de bem-estar.

A busca do bem-comum, como pilar aristotélico do pensamento ocidental, da mesma forma que produzira o *homo oeconomicus*, entregou ao mundo, no século XX, um segundo tipo ideal, gestado na experiência do pós-guerra, o *homo socialdemocraticus*, cuja racionalidade consiste, muitas vezes, no inverso do homem liberal: maximiza a coletividade, como forma de possibilitar o interesse individual. A coletivização dos riscos de reproduzir-se socialmente, negada pelo *homo oeconomicus*, foi o principal instrumento da racionalidade social-democrata, na qual a reprodução social deveria ser garantida por um mecanismo superior à alocação da escassez segundo interesses individuais. Procedeu-se, por meio dos Estados nacionais, à desmercantilização das atividades econômicas consideradas sensíveis pelas sociedades ocidentais. A percepção do risco social, no entanto, unidade de medida desse processo, variava de acordo com as trajetórias e a formação histórica das distintas sociedades

nacionais, sendo possível identificar, seguindo livremente a tipologia de Esping-Andersen (1990), três mundos principais do capitalismo de bem-estar: o mundo liberal anglo-saxão, em que o grau de coletivização restringe-se a itens mínimos da sociabilidade; o mundo conservador-corporativista franco-germânico, marcado pela presença relativamente autoritária do Estado; e o mundo escandinavo social-democrata, com alto grau de desmercantilização e forte liberalismo político. As raízes dos três mundos ocidentais encontram-se no longo processo histórico da formação dos Estados nacionais, iniciado na crise do Antigo Regime, o mundo das tradições, que legou à modernidade o terceiro tipo ideal de homem, o *homo familiaris*, cuja racionalidade consiste na maximização da solidariedade mecânica entre os agentes, independentemente do interesse individual. Os três mundos do capitalismo de bem-estar sustentam-se, simultaneamente, pelos três tipos ideais de homem, cada regime manifestando um tipo predominante.

Há outro mundo nesta tipologia. O longo caminho percorrido pelas economias capitalistas ocidentais, da constituição plena de seus Estados nacionais à sociedade pós-industrial, passando pela edificação do Estado de bem-estar, imbricou-se à necessidade de acumulação primitiva de capital, não determinada pelas estruturas “pacíficas” do mercado. Essa constante necessidade impeliu os Estados nacionais, alguns já constituídos aos fins do século XIV, à conquista colonial, inicialmente o caminho das índias, mas, fundamentalmente, à conquista da terra inexplorada pelo homem: o éden sonhado pelo Renascimento no fim do Antigo Regime. O significado deste processo constitui o mundo oculto do capitalismo de bem-estar: o Quarto Mundo, objeto deste trabalho.

Expansão do Ocidente e criação do Quarto Mundo

A descoberta do Novo Mundo, ensina Sérgio Buarque de Holanda no clássico *Visões do Paraíso*, originou a especificidade americana continental presente no sul da colônia britânica ao sul da colônia espanhola, passando por terras portuguesas: o sonhado éden, escrito nas almas místicas de homens do Antigo Regime, foi, a um só tempo, descoberto e enterrado pela exploração colonial. O espírito da Ilustração, que varrerá o mundo antigo do obscurantismo, em direção ao que Max Weber denominaria *desencantamento do mundo*, rompendo com a tradição das sociedades pré-cartesianas, não foi o guia dos homens das grandes navegações, ocorridas em tempos anteriores ao iluminismo. A percepção dos sujeitos renascentistas do Antigo Regime, como a do genovês Colombo, era de, ao cruzar mares nunca dantes navegados, rumar à terra bíblica, ao éden, proibido por Deus. Encontrado o Eldorado,

habitado pelas míticas amazonas, foi-se feitorizada a terra prometida, como negócio da grande empresa mercantil, encampado pelos Estados nacionais pioneiros, exemplo da casa de Avis, unificadora do reino de Portugal já no século XIV. A tese seminal de Caio Prado Junior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, mostra que o sentido geral da colonização americana foi o negócio, guiado pelo capital e pelo Estado mercantilistas.

O grande negócio colonial dividiu-se, inicialmente, entre os novos Estados nacionais que promoveram sua unificação na Baixa Idade Média, tendo Portugal e Espanha recrutados seus pioneiros nas praças toscanas, versadas na arte de cruzar os mares. O imaginário da época criou, para o sonhado Novo Mundo, a possibilidade de concretizar o mito edênico, ainda presente nas sociedades *encantadas* da idade média, sob jurisdição do catolicismo, porém já se manifestando, como sintoma dos Estados nacionais pioneiros, o embrião da *raison d'État*, esta somente plenamente desenvolvida após a era de Richelieu, no século XVII. Não por menos, a divisão do mundo em duas frentes de expansão, espanhola e portuguesa, seguindo a doutrina *omnis insularis* – em que as terras a serem descobertas pertenceriam à Santa Sé, como “doações constantinas”, nas Bulas Alexandrinas (a mais famosa é a *bula inter coetera*, de 1493) – será contestada por Portugal e substituída por um dos primeiros tratados internacionais, o Tratado de Tordesilhas, de 1494, consagrando a doutrina *mare clausum*, de limites pré-estabelecidos à expansão colonial dos mares, também contido nas bulas alexandrinas, mas, o mais importante, definido sem a participação do papado³. A lógica moderna do Estado secular, permeada pelo interesse nacional, paulatinamente suprimiu, ou subordinou, o poder espiritual da igreja, a qual será, nos tempos da Reforma e da Guerra dos Trinta Anos (1618-48), alijada do poder central sobre os corpos e almas da comunidade universal cristã, reservando-se apenas às questões, apolíticas, do além-vida. O absolutismo, erguido na Paz de Vestfália (1648), congregando na figura do Rei o poder espiritual, inaugura o Sistema Internacional de Estados, como fato histórico irreversível do *desencantamento do mundo*.

Pertence, igualmente, ao século XVII a entrada de novos Estados no grande negócio colonial hispano-português: é o tempo das “invasões” estrangeiras, negando a autoridade jurídica do Tratado de Tordesilhas. As colônias ameríndias, antes feitorizadas de forma rústica e extrativista, concentradas na mineração das Índias hispânicas e no pau-brasil da colônia portuguesa, ver-se-ão obrigadas pelas metrópoles a preencherem seus espaços vazios, como único meio de manter o exclusivo colonial. A ocupação do éden explorado, no entanto,

³ Ainda que o papa tenha aprovado o tratado posteriormente, Tordesilhas tem inabalável importância à constituição do Sistema Internacional de Estados, pois sua concepção, posto que se utilizasse do substrato das bulas alexandrinas, foi autônoma à igreja.

foi heterogênea e de distintas equações sociais entre as colônias, congregando, em diferentes equilíbrios, as etnias branca, negra, indígena e mestiça, porém mantendo uma característica essencial, o poder do senhor, proprietário da principal moeda do Antigo Regime: o privilégio. Esse senhorialismo fundou as bases de poder das colônias dentro da estrutura medieval do estamento, sem, no entanto, reproduzir uma sociedade feudal: foi o trabalho compulsório – negro, mestiço ou ameríndio – quem organizou a produção colonial, respeitando, em maior ou menor grau, as estruturas pré-colombianas aqui existentes, na maioria das vezes, subordinando-as. As diferentes interpenetrações do senhorialismo no continente latino-americano criarão estruturas mais ou menos concentradas de poder, porém, estas sempre seguirão uma dinâmica econômica externa de valorização do capital mercantil, dinamicamente para fora, como explana Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, ainda que mantidas estruturas internas de autorreprodução social.

É, o século XVIII, o último do Antigo Regime, das instituições da sociedade *encantada*, e, talvez, o mais importante de toda formação colonial latino-americana. A concorrência dos novos Estados metropolitanos obrigou os pioneiros a ocupar as terras coloniais, fragmentadas por imensos vazios econômicos e demográficos, em boa medida devido às imensas disparidades geográficas do hemisfério, mas, fundamentalmente, pela lógica de ocupação territorial do senhorialismo: na sua dimensão luso-brasileira, agrária e monocultora exportacionista, a ocupação reproduzia-se como “caranguejos” na costa litorânea, expressão cunhada por Frei Vicente do Salvador; na América espanhola, os centros urbanos, esparsos e desconectados entre si por imensos acidentes geográficos, concentravam as populações dos complexos mineradores, abastecidas pela produção agrícola pré-colombiana. Isso, argumenta Halperin Donghi em *História da América Latina*, criou extrema fragilidade do território colonial, podendo este ser facilmente alienado às potências rivais, ademais que uma nova doutrina de definição territorial tomava corpo, a *uti possidetis de facto*, que apenas reconheceria a posse dos territórios coloniais às metrópoles pelo critério da ocupação efetiva. A ascensão do despotismo esclarecido nos países ibéricos, em meados do século XVIII, o bourbonismo na Espanha e o pombalismo em Portugal, buscará uma saída à crise do Antigo Regime, encetando um movimento racional-institucionalista nas colônias. Este fenômeno implantará as bases primitivas dos Estados latino-americanos, fortalecendo a incipiente burocracia colonial e oxigenando a sociedade senhorial com a relativa ascensão de colonos ao aparelho metropolitano. A criação de uma elite burocrática, associada ao senhorialismo, dará a tônica dos processos de emancipação do século seguinte, mas, antes,

será necessária uma dupla revolução europeia, capaz de transformar definitivamente a sociedade do Antigo Regime.

As profundas transformações econômicas do século XIX redefinirão a divisão internacional do trabalho, subordinando o capital mercantil ao novo sistema da produção capitalista: a grande indústria, capaz de lançar a oferta para além da demanda previamente existente, recoloca a problemática da riqueza. Antes entendida, em última instância, pelo acúmulo de metais e na posição social do privilégio, agora se estabelece como a capacidade de produção industrial, especializada, impessoal e progressista. Com a revolução econômica, caminhará a revolução política das sociedades desencantadas, no longo caminho, aberto aos fins do século XVIII, de constitucionalização e restrição do poder do soberano, no primeiro momento (de 1789 a 1848, tendo, como marcos inicial e final, respectivamente, a Revolução Francesa e a Primavera dos Povos) e na nova (ou renovada) elite burguesa, que emergirá vitoriosa para sua Era do Capital (1848 a 1870, com fim na reunificação da Alemanha), consolidando, definitivamente, o sistema de Estados nacionais inaugurado desde a Paz de Vestfália. Segundo E. Hobsbawn (2004), nacionalismo e liberalismo caminharão conjuntamente na primeira metade do século XIX, verdadeiramente revolucionária, e influenciará o processo de emancipação colonial nas Américas, ainda que as exceções dos EUA e Haiti, ambos independentes antes destas revoluções, confirmem um processo histórico que não possui um marco claramente definido, principalmente se tomarem os acontecimentos externos como referência. O fundamental é que as especificidades internas de cada colônia, dos senhorialismos da América latina, convergiram com as ideias e as profundas transformações da crise do Antigo Regime, utilizando-se, no entanto, das instituições proto-estatais, criadas no século passado, a favor da manutenção do poder senhorial, agora em mãos independentes. Por trás dessa convergência entre especificidade e estrutura, que induz à ideia de autonomia dos pólos cognitivos, reside, no entanto, o espectro da interdependência com o mundo que se ergue do Antigo Regime, tanto nas trajetórias do mundo pós-colonial como do mundo metropolitano.

A especificidade americana, do éden explorado, constituiu o mundo oculto da Ilustração. Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Regime Colonial*, mostra-nos como a sombra do universal-racionalismo projetou-se nas sociedades coloniais escravistas: como o culto ao trabalho transmutou-se na sua negação, conjuntamente com a impossibilidade de existência universal do homem, cuja dignidade estava separada pela cor da pele. Lembra também, o historiador, que não foi a existência da escravidão que justificou o tráfico, mas o oposto: o grande negócio colonial organizou a estrutura produtiva, no qual,

subordinada ao capital mercantil, pouco importava o modo de trabalho, mas, apenas, a obtenção de ganhos pelo comércio de mercadorias, no caso, o escravo negro – um negócio do renascimento que encontrará grande escala na colonização americana, especialmente na colônia portuguesa. Sem acumulação primitiva produzida pela colonização, a hierarquia montada pela hegemonia inglesa para consolidar sua revolução industrial faria muito pouco sentido, uma vez que foi o progressivo açambarcamento do mundo colonial, a começar pelas Índias orientais, passando pelo ocidente, que permitiu tanto o afluxo de metais e matérias primas necessários ao desenvolvimento da economia monetária e industrial, quanto o mercado de consumo para os bens industrializados. Isso criou uma crescente contradição com o escravismo, levando ao antagonismo no século XIX. O trabalho compulsório desenvolve-se como o reflexo da constituição das sociedades liberais iluministas, como o espectro tropical da razão. A história dos três mundos do capitalismo de bem-estar é indissociável da colonização escravista e constituição do Quarto Mundo.

Voltando ao profícuo século XIX, as trajetórias do Quarto Mundo definirão as peculiaridades dos nascentes Estados nacionais latino-americanos, podendo ser divididos em duas principais: a trajetória hispano-americana e a luso-brasileira. O processo emancipacionista do século XIX, na América espanhola, preservou, segundo Halperin Donghi, uma das principais instituições do governo colonial, mantenedora da sociedade de castas entre brancos-espanhóis, mestiços e indígenas ou negros: o órgão político de decisão, o *cabildo*, principalmente o *cabildo abierto*, restrito a notáveis peninsulares, agora ocupado pelas elites nativas. No período de 1810 a 1814, auge das guerras napoleônicas, provocaram-se inúmeras guerras civis entre as elites coloniais, produto da desagregação quase completa do Estado Espanhol, reduzido, inicialmente, à Andaluzia e, por fim, apenas à Cádiz pela ocupação francesa. Conflitos entre legalistas e revolucionários, todos leais ao rei prisioneiro Carlos VII, tomaram as regiões do Rio da Prata. Surgem, nesse período, as lideranças libertadoras, provenientes das elites nativas, fortemente ligadas ao militarismo, como Bolívar, na Venezuela e Nova Granada, San Martín e Alvear, no Rio da Prata, e O'Higgs, no Chile. Artigas, importante líder camponês da Banda Oriental, será uma exceção entre os libertadores, não obstante contraindo a oposição das elites coloniais, fato que foi explorado por D. João VI, na anexação da Cisplatina, sob anuência de Buenos Aires.

No período de 1815 a 1825, dá-se o movimento de libertação colonial hispânico, comandado, de forma desarmônica e conflituosa, pelas elites da América Espanhola. Halperin Donghi define o perfil contraditório dessa elite libertadora, que se apropria do instrumento burocrático colonial sem grandes rupturas com a lógica senhorialista, e o faz por sentimento

de lealdade à coroa espanhola: “... os revolucionários não se consideram rebeldes, mas herdeiros de um poder caído, provavelmente para sempre; não existe, por conseguinte, nenhuma razão para ressaltar as divergências com um aparato político e administrativo que já se considera como próprio e que se tende a utilizar para os próprios fins”. (DONGHI; 1990; p. 76). A queda de Napoleão, a proteção dos EUA dada às colônias pela Doutrina Monroe (1823) e a tardia reconstrução absolutista do trono espanhol, acentuaram os conflitos libertadores e suas lideranças. Republicanos, autoritários, militares e abolicionistas, os movimentos de emancipação da Grande Colômbia, projetada por Bolívar, e das Províncias Unidas do Rio da Prata, de San Martín, ruíram-se nas imensas disparidades regionais e de interesses entre as elites, mantendo, no entanto, parte de seus valores originais, principalmente o fim do escravismo. O México foi exceção. Liderados por Hidalgo e Morelos, ambos padres, o movimento libertador nutriu-se de fortes raízes populares e eclesiásticas, antecipando, de certo modo, o século seguinte do zapatismo. O monarquismo e abolicionismo da especificidade mexicana misturaram-se a outra excepcionalidade: a abolição do enraizado sistema de castas entre brancos, mestiços e indígenas ou negros. Com, no entanto, a restauração do trono espanhol e o retorno do metropolitanismo, a presença de peninsulares na burocracia colonial levou a um processo de independência controlada pelas elites, contendo a especificidade popular das revoltas.

A emancipação brasileira contrasta-se com a experiência espanhola pelas peculiaridades da colonização portuguesa e a relação entre Portugal e Inglaterra, estreitas desde a restauração do trono português (1640), mas de origem longínqua, no Tratado de Windsor (1334), que reconheceu a unificação dos Avis. À época da restauração, Portugal renunciou ao controle direto sobre a colônia, dotando-a de aparato burocrático descentralizado, sustentado pelas elites agrárias, diferentemente da Espanha, que incidirá de forma centralizada e direta sobre as colônias. A grande exceção, no entanto, far-se-á na chamada “inversão brasileira”, de 1808. No auge do bloqueio continental napoleônico, o neutralismo português leva a um acordo com a Inglaterra para transferir a corte portuguesa à colônia, deixando a pátria-mãe sob guarda militar inglesa. O fenômeno, que, em poucos meses, transferiu a metrópole para os trópicos, produziu consequências irreversíveis à colônia, ademais o preço a pagar pelo protetorado inglês, expresso no Tratado de Amizade e Comércio de 1810. Os frágeis laços entre Brasil e Portugal são, irremediavelmente, rompidos pelos eventos que se seguem à transposição da corte. A Revolução do Porto (1820), liberal, constitucionalista e metropolitana, exige o retorno do Rei D. João VI e, posteriormente, do príncipe-regente Pedro, deixado pelo pai à colônia sob o secreto dever de organizar o processo

de independência *de jure*. A ruptura torna-se um simples passo de reafirmação da independência já instituída *de facto*. Apesar dos movimentos contestatórios internos, como a Confederação do Equador (1824) e a insubordinação das províncias ainda leais a Portugal (exemplo do Maranhão), a independência brasileira, em relação à independência da América hispânica, faz parte, como denominou Buarque de Holanda (1978), de uma revolução silenciosa, produto de um longo processo de emancipação, que não se pode ser registrada por um fato em um instante preciso. Silenciosa, porém violenta. A manutenção das estruturas coloniais do éden explorado desdobrou-se no paradoxo do Império: liberal e escravista. A constituição outorgada de 1824 sequer mencionava, em seu texto, a palavra escravo, que, como coisa, era tratado no âmbito da defesa da propriedade privada; a escravidão, no entanto, permanecia no subterrâneo da sociedade brasileira, como única instituição verdadeiramente nacional e organizando uma sociedade negadora do trabalho.

Homens livres – brancos, negros, mestiços e pobres – viveram na ordem escravocrata do Império, estabelecendo relações com o patronato escravista, oriundas dos tempos coloniais. A natureza deste senhorialismo agrário impediu a separação entre esferas pública e privada, mantendo o patriarca como senhor do locus social, político e de reprodução material, personificando o poder. Descentralização das estruturas de controle, transitoriedade e dessocialização foram tônicas da vida privada na colônia, na qual os contatos interpessoais eram raros, esparsos e, muitas vezes, marcados pela violência, seja na instituição escravista, seja na sociabilidade patriarcal com a crescente população livre. O impedimento ao monopólio legítimo do Estado sobre a coerção – em última instância, violenta – levou, segundo Maria Silvia de Carvalho Franco (1976), à ordem privada das relações sociais entre homens livres, sob a violência como principal elemento ordenador. Fez a socióloga minuciosa pesquisa dos arquivos coloniais, em busca do modo de vida das populações livres entre um mundo de senhores e escravos; e descobriu uma sociedade organizada pela cordialidade e ordenada por estruturas de favor entre homens livres subordinados pelo patriarcado, sendo exíguo o espaço reservado à política e ao discurso público. No aventureiro português de Buarque de Holanda, transpôs-se a metrópole renascentista para o éden explorado, trazendo consigo o embrião do desencantamento do mundo, fermentando-o na terra sem pecado dos trópicos; e mestiçou-se com o ameríndio e o africano para produzir um homem que, na visão de Darcy Ribeiro (1995), não era ninguém: nem Europa, nem África, nem América. Do “sentimento de ninguentude”, nasceu o brasileiro, oferecendo nossa revolução ao mundo, um novo homem, o *homo cordialis*.

Apesar de o nascimento consciente da categoria analítica ter sido apenas no século XX – por meio de Buarque de Holanda, na obra-prima *Raízes do Brasil – o homo cordialis* atuou na história do éden explorado, como elemento da especificidade brasileira, desde a formação colonial. O Império, como contradição entre liberalismo e escravismo, atuará ora como mantenedor da cordialidade, reproduzindo as estruturas patriarcais, ora como iluminador da sociedade cordial, como farol europeu em meio à obnubilação tropical. Será o auge do romantismo racista, das teses de branqueamento, da saída à imigração como única forma de “salvar” o brasileiro de sua condição “degradada” pela mestiçagem ou, segundo autores mais lúcidos da época, salvá-lo dos males irreversíveis da sociedade escravista, que inviabilizou o homem cordial ao culto do trabalho. A crença em elementos externos à sociedade brasileira, na salvação de um povo caído no pecado, imobilizou as transformações despóticas e esclarecidas da elite imperial, pois o patriarcalismo resistiu duramente a deixar seus escravos. É sabido que a abolição, objetivo último da ilustração imperial, estava prevista desde a proclamação de independência, mas somente oitenta e seis anos após esta se concretizaria, ao custo do próprio Império. A trindade saquarema, de 1848 a 53, composta por Visconde do Uruguai, Euzébio de Queirós e Visconde de Itaboraí, implicou importante passo na construção do Estado moderno brasileiro, porém reproduzindo o mesmo paradoxo imperial: proibiu o tráfico negreiro com eficácia, ao mesmo tempo em que sancionava a Lei de Terras, impedindo a redistribuição necessária da propriedade rural; e impulsionou o processo imigratório europeu, impedindo os homens livres de tornarem-se assalariados. Por negarem o homem cordial, que não se sujeita ao domínio impessoal capitalista, preferiu-se a solução externa, o que modificou novamente as bases da sociedade brasileira.

O paradoxo liberal-escravista esvaiu-se com a abolição e o fim do Império. O Brasil iguala-se a seus vizinhos, republicanos, militaristas e senhoriais, sob o agravante de portar um novo homem, em franca transformação social. A América espanhola formou sua identidade, prioritariamente, no antagonismo entre as culturas pré-colombiana e europeia. A permanência da sociedade escravista, no caso brasileiro, em meio a uma estrutura de poder desconcentrada, o patriarcado, fermentou o novo homem, que, nas outras nações latino-americanas, é encontrado de forma residual. O rápido assalariamento da população brasileira culminará em grave crise monetária nos primeiros anos da República, o encilhamento, somente resolvido por pesados danos à soberania nacional, expresso no *founding loan* de 1898. O século XIX consolidou, no centro do capitalismo, o padrão tecnológico da segunda revolução industrial, que será, posteriormente, a base do fordismo. Sob a PAX Britânica, o imperialismo estende-se e acentua-se nas disputas continentais europeias, tumultuadas pela

restauração germânico-prussiana (1870), nas hábeis mãos de Bismarck. Os mundos liberal e conservador consolidam-se no *desencanto* secularista, como reflexo de tempos distantes, helênicos, da *República* de Platão: a era do Capital transforma definitivamente o mundo antigo, levando a exuberância do racionalismo à primeira guerra total aplicada globalmente da história. O fim do longo século será, também, o fim de uma longa espera latino-americana, em busca da única soberania possível no capitalismo, o desenvolvimento econômico. A sombra da ilustração, no entanto, já se havia projetada, como espectro, para o Quarto Mundo muito antes que houvesse consolidado o Terceiro, considerado a síntese civilizacional do ocidente, a socialdemocracia. Poder-se-ia ir além: *a razão ocidental, representada na civilização europeia, somente constituiu-se por meio do espectro (a sombra oculta que nega o autor dela) da colonização escravista*. Esse estigma será carregado pelas nações latino-americanas ao longo do século XX, tendo o Brasil como centro das contradições e consigo o *homo cordialis*, categoria sociológica do Quarto Mundo.

As duas grandes guerras e a crise estrutural do capitalismo liberal impactarão nas trajetórias latino-americanas, desarticulando o modelo exportacionista de desenvolvimento voltado para fora, consolidado ao longo da PAX britânica. A lenta formação de mercados internos, imitadores dos padrões de consumo do centro, comprimir-se-á com o fechamento das economias de guerra, incentivando o processo de substituição de importações. Estabelece-se, a partir da década de 1930, a agenda do desenvolvimento nacional por meio da industrialização, o nacional-desenvolvimentismo busca superar as condições agrário-exportadoras das economias latino-americanas. Para além da industrialização, foi um processo miticamente civilizatório, de caráter centralizador e autoritário, na tentativa de extirpar, definitivamente, as raízes coloniais e de constituir plena modernidade. No Brasil, o modernismo, movimento intelectual e artístico das décadas de 1920 e seguintes, contrapôs-se ao mito moderno e interpretou a identidade nacional como um processo histórico, indissolúvel do passado, buscando essas raízes que, ao mesmo tempo problemáticas, constituem nossa excepcionalidade com o mundo. A sociedade industrial brasileira, que emerge aos fins da década de 1970, esgota as raízes rurais e escravistas, afirmando-se na urbanidade e no culto ao trabalho. O sentido desta civilização tropical, no entanto, organizou-se por meio do *homo cordialis*, sobrevivente das transformações históricas, imprimindo sua marca revolucionária: uma sociedade em que a mudança é feita lentamente, obliterando o caráter sempre violento da revolução. Esse agente histórico manteve-se, ademais, no personalismo, na precária separação entre esferas pública e privada, como instrumento de ordenamento social. O paradoxo deste processo é que a sociedade violenta cordial, a mesma dos homens livres na ordem

escravocrata, criou uma revolução silenciosa, com ares de pacifismo, contrastando-se radicalmente do conceito político e sociológico clássico de revolução.

A especificidade brasileira, em meio ao Quarto Mundo, foi produto da confluência entre a Ilustração racional-universalista e sua própria sombra colonial e escravista, feitorizando o éden. Fermentou-se um novo homem, capaz de organizar o processo histórico moderno, porém oferecendo algo distinto da utopia iluminista. O *homo cordialis*, como sujeito histórico detentor de um papel social, tal como Dahrendorf assinala para o *Homo Sociologicus*, permite-se compreender como uma sociedade industrial e personalista – na qual a mudança social esteve circunscrita à máscara da não violência – reproduziu-se ao longo do tempo, e com relativa vivacidade, ainda que isso não signifique, propriamente, um êxito. Neste aparente pacifismo cordial, esconde-se uma sociedade dividida (ainda que não se possa afirmar uma dualidade) entre mundo moderno – industrial e urbano – e arcaico – agrário, subordinado, e, no primeiro ciclo de industrialização restringida (1930-50), sustentáculo do baixo custo de reprodução do trabalho do primeiro mundo. O mesmo personalismo que unia o senhor de engenho ao homem livre e pobre organiza, posto que noutras bases, as interconexões sociais, cuja violência privada somente incide sobre o sujeito do processo, e residualmente sobre o objeto, o Estado, tal como nas sociedades dos três mundos do capitalismo de bem-estar.

Superação versus Afirmação do *Homo Cordialis*: o problema do capitalismo de bem-estar na periferia.

O projeto industrialista latino-americano, como produto das trajetórias históricas, algumas apresentadas acima, representou a tentativa de transformar as bases sociais das ex-colônias na modernidade plena, exorcizando os espíritos senhoriais e arcaicos. Montou-se, segundo Draibe e Riesco (2004) – em *A New Latin American Developmental Welfare State in the Making?* –, um Estado nacional-desenvolvimentista, como locus do planejamento econômico, organizando a associação entre capitais estrangeiros e nacionais, no qual a política social ganha desenvoltura como instrumento de bem-estar. A persistência da desigualdade social, a incapacidade de universalização das políticas sociais, ainda que matizadas pelas distintas trajetórias latino-americanas, e o ocaso do Estado nacional-desenvolvimentista na década de 1980 e 90, assumindo sua forma neoliberal, demonstram, no entanto, a sobrevivência enfática do Quarto Mundo, suas especificidades e seu novo homem.

Oposto do que pensavam os desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 60, a industrialização não resolveu o problema fundamental do Quarto Mundo, de uma sociedade mutualista entre o moderno e o arcaico, posto que transformasse radicalmente a estrutura econômica. Industrializou-se sem constituir uma sociedade industrial. A constituição do *Welfare State* latino-americano, como bem afirma Draibe e Riesco, fez-se como o agente do desenvolvimento econômico que, atingida plena forma, levou à própria ruína, expressa no desmonte de suas instituições sociais, salvo exceções. Este conceito (*Latin American Developmental Welfare State – LADWS*), no entanto, não admite a permanência do Quarto Mundo, pois pressupõe o sucesso do LADWS em transformá-lo definitivamente em uma sociedade moderna, negando a trajetória histórica do Quarto Mundo. Como bem alertam os autores, o LADWS deve ser encarado como uma *tendência* da complexa “mutualidade” moderno-arcaica, como aproximação da América Latina aos três mundos do capitalismo de bem-estar, porém coexistindo com as estruturas antagônicas do Quarto Mundo. Em outras palavras, o LADWS contrapõe-se e reproduz-se com o Quarto Mundo: quando as condições históricas permitiram a reprodução ampliada do LADWS, no nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1930 a 70, foi possível domesticar o Quarto Mundo, rumo à modernidade; quando inviabilizado lógica e materialmente pela história, o LADWS deu lugar a seu lado oposto (não o Quarto Mundo, mas a barbárie), desmantelando-se no neoliberalismo. Deve-se compreender essa especificidade da formação latino-americana, particularmente a brasileira, sobre como o Estado e suas políticas públicas manifestaram-se no Quarto Mundo.

Do pós-guerra até meados da década de 1970, como desenvolvido antes por Esping-Andersen (1990), três mundos capitalistas de bem-estar distribuíram-se ao longo do ocidente. Introduziu-se, pois, uma lógica racional e tecnoburocrática de *desmercantilização* das necessidades sociais em menor (liberal) ou maior (social democrata) grau. As políticas públicas dos Estados organizaram-se nessa agenda, ou seja, na reprodução de parte das necessidades sociais “por fora” do sistema mercantil, assegurando direitos universais ao indivíduo independentemente do sucesso ou fracasso na concorrência com outros. A desmercantilização assumiu, no Direito, o princípio da primazia da vontade pública sobre a individual, e, nas Políticas Públicas, a universalização de um Estado positivo nas relações sociais, criador, com relativa autonomia, de parte considerável do destino das comunidades nacionais e mantenedor de um sistema de seguridade social amplo e universal. Na economia, a concepção keynesiana atribuía especial papel ao caráter racional do Estado, diante de agentes individuais limitados pela incerteza, podendo o primeiro interagir decisivamente na promoção do pleno-emprego, impulsionando a Demanda Efetiva *via* políticas fiscais e

monetárias. Nesse mesmo objetivo da política econômica, a criação maciça de empregos públicos compactuará com o princípio da desmercantilização e, fundamentalmente, criará uma classe de servidores públicos altamente organizada em interesses específicos que, dentre estes, passam pela reprodução do aparelho tecnoburocrático. Ademais, a ação global deste *welfare state* criará grupos de interesse direta e indiretamente ligados ao sistema de bem-estar, controlando a agenda pública desmercantilizadora num ciclo virtuoso de crescimento econômico fordista e expansão dos direitos sociais.

O quarto mundo do capitalismo de bem-estar, o nacional-desenvolvimentismo latino-americano, representou as tensões entre a universalidade das políticas públicas, a plena constituição de um Estado moderno de bem-estar, e uma sociedade senhorialista. O longo amadurecimento de estruturas pós-coloniais reproduziu-as em outro tipo de modernidade, de sujeito moderno. A dinâmica das economias latino-americanas, especialmente o caso brasileiro, na industrialização do pós-1930, passou, em muitos momentos, pela tentativa de extirpar a raiz cordial da sociedade, entendida como a causa do arcaísmo social, ou louvar esta condição, entendendo-a como a fonte da especificidade e da identidade nacional. À primeira força aglutinaram-se as ideias da modernização, enquanto, à segunda, do Modernismo. As políticas públicas da década de 1930 em diante, o “Estado-em-ação” no Quarto Mundo, operacionalizavam estes sentimentos de afirmação e negação das raízes cordiais, criando formas únicas de Estado, totalmente distintas de modelos europeus ou ocidentais, ainda que eivado por suas influências. Por vezes, a afirmação radical dessa especificidade levou à negação do próprio caráter moderno da cordialidade, voltando-se para estruturas pré-colombianas indigenistas de organização social, como é o caso extremo de parte dos países andinos. Por outras, a negação radical da cordialidade desenvolveu sociedades mimetistas do ocidente, negando caráter original à condição latino americana, como é o caso de Costa Rica e, em grau menor, o Chile; ou afogando-se no antagonismo aberto entre raízes indígenas e europeias, como na Argentina.

No caso brasileiro, a permanência de um império escravista entre repúblicas, ao longo de quase todo o século XIX, fermentou decisivamente o *homo cordialis* em espaço nacional. O desenvolvimento agrário-exportador imperial concentrou-se no antagonismo entre ideologia liberal e sociedade escravista, somente possível de ser equacionado numa sociedade estruturada no favor e na personificação do poder, caso contrário se dissolveria em convulsão social. A unidade do Império somente foi possível pela institucionalização oculta do escravismo (como dito, deve-se lembrar que a constituição de 1824 sequer menciona a palavra escravo, deliberadamente). Somente com o desenvolvimento do complexo cafeeiro

houve condições endógenas favoráveis à superação do escravismo, mas não do *homo cordialis*, já enraizado nas estruturas sociais. A carestia de produtos importados, na crise de 1929, foi aprofundada pela política econômica de defesa do café, instaurada, efetivamente, a partir do Convênio de Taubaté (1906) e que levou a picos de desvalorizações (ainda que não contínuos) da taxa de câmbio, encarecendo os produtos importados, à medida que a política econômica pré-keynesiana, anticíclica, mantinha a demanda por bens de consumo, fruto da estabilidade da renda do complexo cafeeiro. As origens da indústria, nas crises de acumulação do café, incapaz de reinvestir a totalidade dos dividendos na lavoura, fez-se, no Brasil e, por outros meios, em partes da América Latina, após a consolidação, no mundo, do capitalismo em estágio monopolista, como demonstra Cardoso de Mello, em *O Capitalismo Tardio*. Neste, o processo de constituição tardia da sociedade industrial engendrava valores míticos da sociedade moderna; concretizada a primeira, pois, não estaríamos automaticamente elevados à condição da segunda. A perspectiva do moderno, no entanto, exerceu decisiva influência sobre as mentes de homens desenvolvimentistas, ao longo da história nacional. O Modernismo das gerações de 1920 e 30, na valorização das raízes que nos diferenciavam, foi rapidamente substituído pela modernização trabalhista do Estado Novo, que criará as bases de uma dicotomia resolvida apenas na década de 1960 entre democracia popular e modernização-conservadora. O avanço do trabalhismo getulista introduz o Estado nacional como tutor e autocriador do proletariado moderno, misturando-se ao patronato nacional e ao capital internacional numa concepção mútua de progresso. Parecia que as raízes cordiais foram neutralizadas com a grande indústria nacional, que o subdesenvolvimento poderia ser, finalmente, superado mediante plena formação nacional.

As políticas públicas no trabalhismo sedimentaram o Estado nacional-desenvolvimentista apto à necessária industrialização pesada. Durante o período da industrialização restringida (décadas de 1930 a 50), desenvolvem-se as principais instituições que coordenaram a mudança de qualidade do padrão industrial. A afirmação nacionalista da teoria do desenvolvimento foi tributária deste período, pois os Estados nacionais latino-americanos buscaram desenvolver instrumentos que superassem, por meio das estruturas tipicamente capitalistas, as condições periféricas e o neocolonialismo do século anterior. As décadas de 1950 a 70 representam, no Brasil, o salto da sociedade agrária e rural à indústria urbana. Associadas ao capital internacional, o Estado assume posição central na coordenação do capital nacional e na superação da infraestrutura necessária à vinda das grandes empresas monopolistas. As peculiaridades do sistema do pós-guerra permitiram o transbordamento de capitais do centro a novos espaços de valorização, apropriados pelas instituições nacional-

desenvolvimentistas desenvolvidas no bojo deste processo. O avanço da democracia popular, no entanto, foi duramente bloqueado pela ditadura, fixando suas bases na tecnoburocracia, ampliando os instrumentos de ação do Estado, e na modernização conservadora da sociedade, como uma marcha forçada ao progresso.

Qual a grande distinção entre a Política (e as políticas públicas) dos três mundos do capitalismo de bem-estar e o Quarto Mundo? A pergunta parte do princípio de que o despertar consciente do Estado em quatro mundos ocidentais foi produto das trajetórias nacionais e não de um projeto civilizatório único. Verdade, mas em partes. Se analisarmos a trajetória européia e norte-americana, veremos que a desmercantilização das necessidades sociais, ou a coletivização da primazia da liberdade imanente, seguida pela razão social-democrática, a universalização radical da igualdade de oportunidades, pela razão liberal, e o controle social do Estado pela unidade familiar, pela razão conservadora, disputavam, com o socialismo, o mesmo projeto inaugurado pelas revoluções: o novo homem potencializado pelo exercício da liberdade radical. O sujeito político dessa disputa era o mesmo, multifacetado nas diferentes razões do *homo sociologicus* (Dahrendorf), e era o movimento deste sujeito que determinava o desenho do “Estado-em-ação”. Porquanto o estudo da Política concentrou-se no comportamento do agente na estrutura, segundo óticas racionalistas, pluralistas, elitistas, corporativistas ou classistas. Em todos estes pressupostos, há um sujeito clássico dotado de vontade, determinada por múltiplas razões, que materializa a ação do Estado, no *policy maker*, nas arenas de poder ou nas *policies networks*. Por meio de algum tipo de discurso político, a linguagem individual da vontade traduz-se ao mecanismo decisório coletivo, podendo ser mediada por diversas metodologias, mas *há discurso tradutível* entre esferas pública e privada. Este mecanismo é o que permite a objetividade do ser como sujeito social, que, no entanto, encontra-se “fermentado” nas sociedades cordiais. O coração não discursa. Este, talvez, seja o significado do sentimento de desterro em nossa terra que Buarque de Holanda anuncia no clássico *Raízes do Brasil*. A impossibilidade de separar poder de sentimento foi subproduto da porosidade nas fronteiras entre o público e privado na formação do Quarto Mundo, mas é também um conjunto de forças sociais criativo, capaz de fermentar um novo homem, sujeito e objeto da Política no nacional-desenvolvimentismo.

A consciência radical do Estado desmercantilizador, no entanto, teve uma vida breve, pois a consolidação das instituições de bem-estar deu-se, quase que imediatamente, nas transformações da sociedade por estas gestadas, aos fins da década de 1960, portanto uma vida de pouco mais de duas décadas. No centro, as instituições provedoras de coletivização e desmercantilização sociais – sem descaracterizar as economias capitalistas em seu

fundamental (a potencialização, posto que massificada, do indivíduo burguês), porém mantendo-as sob o controle dos Estados nacionais promotores de pleno-emprego – criaram sujeitos paradoxalmente interessados na dissolução deste Estado do pós-guerra. O anárquico e difuso movimento de maio de 1968 representou um marco na relação entre Estado e sociedade, uma mudança de comportamento que afetará em definitivo a trajetória da Política e do “Estado-em-ação”. No Brasil, a crise lógica do Estado de bem-estar será apreendida somente uma década e meia depois, e de forma oposta: estamos no auge da modernização-conservadora e do mito da industrialização civilizatória. O avanço dos setores industriais pesados deu-se, segundo tese de Eduardo Fagnani (2005), no caráter regressivo da política social, fragmentada institucionalmente de modo a favorecer clientelas e concentrada no aparelho do Estado. O objetivo maior, em meio ao Estado de exceção supressor das liberdades civis – de atos institucionais sem qualquer vínculo com a história jurídica do século XX – era permitir a consolidação do capitalismo em sua forma pura. A maquinaria e a grande indústria, numa terra retroalimentada por mundos arcaico e moderno, superariam a dualidade numa marcha forçada ao desenvolvimento.

No Brasil a dualidade arcaico-moderna manifestou-se como mutualidade, como a reprodução indissociável do arcaico modernizado e do moderno arcaicizado⁴. O Estado-em-ação brasileiro ignorou este fato até que o esgotamento do milagre econômico dissipou a nuvem de modernização conservadora, revelando seus verdadeiros paradigmas, dentre eles, a reprodução do homem cordial numa sociedade de consumo de massas incivilizada. À parte a acumulação capitalista, o “desenvolvimento” econômico no período militar separou mundos que mutuamente se reproduziam, e introduziu a urbanidade sem o sentimento de *polis*, de pertencimento a uma comunidade civil. O vazio do desenvolvimento militar foi que as instituições regressivas da modernização conservadora devastaram a civilidade e a razão pública, *em nome* da modernidade. Neste apagar das luzes militaristas emergiu um movimento de renascimento da comunidade civil, a redemocratização da década de 1980, que se antagonizou com o novo Brasil, perdendo muitas contendidas, mas deixando um marco jurídico e político na Constituição de 1988, democrático-representativa, federativa e, fundamentalmente, garantidora de um Estado de bem-estar social, contra as correntes do mundo ocidental. A estrutura econômica, porém, e o enraizamento da face moderno-conservadora do *homo cordialis* farão, na década de 1990 o desmonte desta institucionalidade, com maiores ou menores percalços à medida que a nova Constituição conseguiu criar grupos de interesse mantenedores de políticas públicas redistributivas. Um

⁴ A obra de Florestan Fernandes permanece insuperável na reflexão sobre esse tema. Ver (FERNANDES; 1968)

conflito entre Estado Predador e Estado Desenvolvimentista, na terminologia Peter Evans, produzirá tensões entre faces do *homo cordialis* de apropriação privada do aparelho estatal e do redesenho da razão pública para o bem-comum, numa saída, não obstante, original de superação do nosso passado.

Considerações finais: desafios contemporâneos do Quarto Mundo

Dentro desta luta entre Estado Predador e Estado Desenvolvimentista, se a década de 1990 representou a exacerbação da face predatória e bárbara do *homo cordialis*, o mesmo não se poderia afirmar com tanta certeza para os tempos atuais. Novas tensões inauguraram-se com o modelo de inserção internacional das economias latino-americanas. Especialmente para o caso brasileiro, após a crítica década de 1980 e, fundamentalmente, restabelecida a capacidade reprodutiva do capital, o desenvolvimento na década de 1990 acentuara ainda mais a desigualdade profunda do capitalismo periférico. Mais importante ainda, o movimento recente da sociedade brasileira incorporou as contradições do mundo pós-moderno sem que houvesse completado nossa modernidade. A desconstrução, no mundo, do sujeito clássico, autocentrado, transparente consigo mesmo e, fundamentalmente, sujeito dotado de vontade, operou-se, no Brasil, anterior ao preenchimento e consolidação das instituições democrático-representativas tipicamente ocidentais. De um lado, aprofunda-se a contradição entre uma sociedade incompleta e um novo sujeito incapaz de completá-la, contaminando os espaços públicos da Ação política com os valores dos novos tempos: o imediatismo e a banalidade, provocados pela “ausência” cognitiva do tempo histórico. Por outro lado, a ausência, apenas aparente, do tempo histórico libertou o *homo cordialis* do cíclico processo de autoafirmação e autonegação acrílicas. Devido ao homem cordial estar finalmente “solto” na história que a reação é, em princípio, conservadora; e, liberto da estrutura rígida que o mantinha nos moldes do nacional-desenvolvimentismo fordista, o *homo cordialis* poderia assumir radicalidade nunca antes observada: poderia, no limite, descobrir a si mesmo.

O Quarto Mundo do capitalismo de bem-estar também está na mesma encruzilhada, pois a ausência do tempo histórico e a incompletude do sujeito ocidental habitante dos trópicos impedem a sonhada superação das raízes coloniais; ao mesmo tempo em que os outros mundos parecem agonizar na crise sistêmica do arranjo institucional que levou o centro do capitalismo financeiro à ruína. Temporária ou não, essa crise, que se instalou no centro aos fins da última década, abriu caminho para o Quarto Mundo solidificar suas bases originais e

avançar na vontade de potência que controlam as nações, colocando-se como herdeiro dos mundos ocidentais. Essa ideia tem aparecido na intelectualidade latino-americana e deve ser encarada com seriedade, seu desenvolvimento, no entanto, deve ficar guardado para outro espaço.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana, tradução Roberto Raposo, 10 ed., Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003a.

_____. Entre o Passado e o Futuro. Tradução Mauro W. Barbosa, São Paulo: Ed. Perspectiva, 5ª ed., 2003b.

BELLUZZO, L. G. M. Valor e Capitalismo. Campinas: UNICAMP/IE. 1998.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, F.H. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, F.H; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DAHRENDORF, Ralf. Homo Sociologicus. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1969.

DEDECCA, C. S. Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado. Campinas, SP: UNICAMP/IE. 1999. (Coleção Teses).

DONGHI, Halperin. História da América Latina. São Paulo: Círculo do Livro. 1990.

DRAIBE, S. M; RIESCO, Manuel. A New Latin American Developmental Welfare State in the Making?. Versão Eletrônica. 2004.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. The Three Worlds of Welfare Capitalism. Princeton University Press. 1990.

_____. Social Foundations of Postindustrial Economies. Oxford University Press. 1999.

FAGNANI, Eduardo. Política Social no Brasil (1964-2002): Entre a Cidadania e a Caridade. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Unicamp. 2005

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo Globo. 1975. v.I e II.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar. 1968. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Ed. Olympio. 19 ed. 1978.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

_____. O Subdesenvolvimento Revisitado, *in Revista Economia e Sociedade*. nº. 1. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. ago./92.

_____. A Superação do Subdesenvolvimento, *in Revista Economia e Sociedade*. nº. 3. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. dez/94.

_____. O Longo Amanhecer - reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999. 2 ed.

_____. Brasil: A Construção Interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

_____. Prefácio à Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

_____. Em Busca de Novo Modelo - Reflexões Sobre a Crise Contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

FRANCO, M. S. de C. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo: Ática. 1976.

GONÇALVES, J. R. B. A Utopia da Ordem Social – o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1962 – 1898). São Paulo: USP [tese]. 1989.

GORZ, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HEINELT, Hubert. Do Policies Determine Politics? *School for Policy Studies Working Paper Series. Paper Number 11*. August 2005

HENRIQUE, Wilnês. O Capitalismo Selvagem – um estudo sobre a desigualdade no Brasil. Campinas – SP: Unicamp. [tese de doutoramento]. 1998

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1978. 12 ed.

_____. Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro: Olympio. 1958.

HOBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos - o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras. 2003

_____. A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra. 2006

_____. A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra. 2005

_____. A Era das Revoluções São Paulo: Paz e Terra. 2004

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 5ª Ed. 1999.

LOWI, T. J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*. Vol. 32. No. 4. (Jul. - Aug., 1972). p. 298-310.

_____. Decision Making vs. Policy Making: Toward an Antidote for Technocracy. *Public Administration Review*. Vol. 30. No. 3 (May - Jun., 1970). p. 314-325.

MARX, Karl, O Capital – crítica da Economia Política, in Os Economistas, tradução Régis Barbosa e Flávio R. Koethe, 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol I e III.

- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna in MULLER, Pierre. *Las Políticas Públicas*. Bogotá, D.C, Colômbia. 4ª ed. 2002.
- NABUCO, Joaquim. Minha formação. *In Biblioteca Básica Brasileira*. Brasília: Ed UNB. 1963.
- NOVAIS, F.A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial : (1777-1808). São Paulo: Hucitec. 2001.
- NOVAIS, F.A. (org). *História a Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 4.
- _____. (1998b). Condições da Privacidade na Colônia. *in* NOVAIS, F.A. (org). *História a Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 1. p. 13-39.
- OLIVEIRA, C. A. B. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. [Campinas, SP : s.n.]. 1985
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista - o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003
- OFFE, Claus. *O Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, 1989.
- PETERSON John. Policy Networks. Institute for Advanced Studies. Vienna. July 2003
- PIERSON, Paul. *Dismantling the Welfare State? – Reagan, Thatcher and the Politics of Retrenchment*. Cambridge University Press. 1996.
- PIERSON, Cristopher. *Beyond the Welfare State? – The New Political Economy of Welfare*. The Pennsylvania State University Press. 2 ed. 1991.
- PRADO Jr., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense. 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- SAMPAIO Jr., P. de A. *Entre a Nação e a Barbárie - Os Dilemas do Capitalismo Dependente*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 1999.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização - do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record. 2001.
- _____. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Ed. EDUSP. 2ª Ed. 2004.
- _____. *A Natureza do Espaço -Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Ed. EDUSP. 4ª Ed. 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, M.L. *O Brasil : território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro : São Paulo : Record, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- _____. *Ao vencedor as batatas : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo : Liv. Duas Cidades, 1977.

_____. O nacional por subtração. Folha de São Paulo, 07/06/1986.

SOUZA, P. R. C. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Unicamp-Campinas: tese de doutoramento. 1980.

TAVARES, M, C. Ciclo e Crise – o movimento recente de industrialização brasileira. Campinas: Ed Unicamp. 2000.

_____. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas: Unicamp. 1998.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes. 1997.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SUTTON, Rebecca The policy process: an overview. Working Paper 118. Overseas Development Institute. London. Agosto 1999.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.